

## Preservar a floresta

## O papel do Redd

O DESMATAMENTO responde atualmente por 18% das emissões de gases causadores de efeito estufa, superando as emissões somadas de todos os setores de transportes. Contudo, ainda não existe nenhum mecanismo internacional que crie incentivos para preservação das florestas. É com este objetivo que o Redd (Reducing Emissions from Deforestation and Degradation) está sendo criado, constituindo um dos principais desafios da COP-15, a ser realizada em dezembro próximo em Copenhague. Artigo publicado na edição de 24 de setembro na revista *The Economist* discute as principais questões ligadas à criação e implementação do mecanismo.

Seguindo a polêmica que vem acompanhando os créditos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) desde sua criação no Protocolo de Quioto, a principal discussão em torno do Redd está ligada à forma de financiar e remunerar os agentes responsáveis pelos serviços ambientais. No caso do MDL optou-se pelo chamado mercado *offset*, em que países do chamado Anexo 1 (desenvolvidos) podem comprar certificados de emissões gerados em países em desenvolvimento e complementar suas metas de redução doméstica de emissões. Apesar dessa opção não ser descartada para o Redd, muitos argumentam que a maior parte de seu financiamento deveria ocorrer via fundos que seriam alimentados por países ricos.

Os críticos da opção de mercado não concordam com a possibilidade de países do Anexo 1 não se comprometerem a fazer cortes de emissões mais substanciais, apoiando suas reduções na compra de créditos de outros países. Contudo, a opção de

fundo se mostra muito complexa, havendo pouco consenso sobre quem financiará o mecanismo (Redd) e como seus recursos serão distribuídos aos agentes responsáveis. Algumas ações nessa direção já foram implementadas, como o caso da reserva Juma do estado do Amazonas. Ali, cada família recebe 50 reais por mês sob o compromisso de preservar a área de floresta onde vive. De toda forma, ainda não se sabe bem como implementar mecanismos dessa espécie em escala global, considerando a diversidade de projetos e localidades que precisariam ser abrangidas no processo.

O fato de já haver um mercado em funcionamento para MDL dá uma boa ideia de como o mecanismo funcionaria no caso do Redd. Porém, diversas adaptações teriam de ser feitas para contemplar

o desmatamento evitado, que atualmente não é elegível a certificação via MDL. A principal questão nesse sentido se refere ao critério de adicionalidade, conceito pelo qual comprova-se que determinado projeto “adicionará” uma redução de emissões em relação a uma linha de base que se observaria na ausência do projeto.

A adicionalidade é muito contestada por beneficiar tradicionais poluidores como a China e Índia, que lideram com folga a aprovação de projetos MDL no mundo. Teme-se que o mesmo ocorra no caso do Redd, onde países que preservaram suas florestas no passado, como a Costa Rica, não poderiam se beneficiar do mecanismo. A criação de mecanismos mais amplos como o Redd Plus, que considera outras atividades de preservação e manejo de florestas poderiam evitar o problema.

Pelo lado da demanda, existem dúvidas sobre como as reduções de desflorestamento seriam contabilizadas nas metas de emissões dos países. Existem temores de que a aprovação de um mecanismo muito amplo de Redd levaria a uma excessiva oferta de créditos (*overflow*), o que poderia criar um deságio em seu valor e mesmo desvalorizar os créditos MDL. Uma possível solução para isso seria o estabelecimento de pesos diferenciados para cada um desses créditos.

Tudo indica que o mecanismo de Redd será aprovado na convenção de Copenhague. Porém, é pouco provável que as formas de financiamento e a contabilização das reduções sejam acordadas no primeiro momento. Tal como ocorreu com o MDL, a construção de um consenso sobre o tema deve ocorrer por meio de um longo processo diplomático. O agronegócio brasileiro, principal afetado pelas regras, deve ter participação pró-ativa no processo, posicionando-se com o governo brasileiro de forma a buscar uma forma de preservar nossas florestas sem comprometer a competitividade de nossos produtos. Um trabalho responsável nesse sentido deve elevar a competitividade que hoje é fortemente afetada pela imagem ambiental nos principais centros consumidores. ■

## RED, Redd e Redd Plus

O impacto de um mecanismo de preservação de florestas depende de quais atividades seriam contempladas e elegíveis. Apesar de ainda haver pouco consenso sobre o funcionamento do mecanismo, são consideradas três categorias básicas no que se refere ao escopo de atividades a serem consideradas:

- **RED** – considera reduções de emissões por desflorestamento
- **Redd** – considera reduções de emissões por desflorestamento e degradação
- **Redd Plus** – considera reduções de emissões por desflorestamento, degradação e manejo florestal sustentável